

O Processo de Seletividade Social e o Vestibular

Maria Nobre Damasceno*

INTRODUÇÃO

Inicialmente gostaríamos de confessar que enfrentamos dificuldades na abordagem do tema proposto. Primeiro, por tratar-se de um dos problemas crônicos e cruciais da nossa sociedade; e, segundo, porque existem várias óticas sob as quais o mesmo pode ser focado, todas passíveis de críticas, tornando-se impossível tratá-lo sem gerar polêmica.

Enquanto perdurou a explicação de que as desigualdades sociais e, por conseguinte, as educacionais, eram de caráter natural (e não de cunho social), não havia como questioná-las, restava tão somente aceitá-las. A partir do momento que se aceita o princípio de que todos os homens são iguais por natureza, as desigualdades sociais podem ser questionadas e estudadas; cria-se, então, o clima necessário para a explicação sociológica.

A nosso ver, o caminho mais adequado para se proceder ao exame do tema consiste em procurar os vínculos entre a educação e a estrutura sócio-econômica da sociedade concreta onde a mesma se realiza. Ou seja, buscar compreender as desigualdades educacionais a partir da sua interação com as desigualdades sociais mais amplas.

AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS COMO UM FENÔMENO ESTRUTURAL**

Com o advento da sociedade capitalista, consolidada mediante a ascensão da burguesia à condição de classe social dominante, consubstancia-se a escola pública, cujo ideal é apropriado por

* Professora da Universidade Federal do Ceará.

** Este é título de um artigo nosso publicado na Revista *Educação em Debate*, nº 6/7 - Fortaleza, junho de 1984.

essa nova classe, redefinindo o projeto da escola pública universal e gratuita, a partir da concepção de mundo da burguesia (o liberalismo burguês).

O liberalismo, entendido como um sistema de idéias elaborado por pensadores ingleses e franceses no contexto das lutas de classe da burguesia contra a aristocracia, defende princípios como igualdade de direitos e oportunidades; destruição de privilégios hereditários, respeito às capacidades e iniciativas individuais e educação universal e gratuita para todos (1).

Julgamos que a análise da escola na sociedade capitalista, inspirada pela doutrina liberal, deve ser realizada considerando o enfoque dos fins idealizados que postulam uma escola pública universal e gratuita para todos; e a perspectiva da escola efetivamente concretizada, marcadamente seletiva, que discrimina e exclui a população escolarizável oriunda da classe trabalhadora.

Enquanto a prática escolar desigual (reflexo da estrutura social classista) contribui para reproduzir a seletividade social, por seu turno, os fins idealizados enfatizam o papel da escola como instrumento eficaz para a construção de uma sociedade aberta, poderoso mecanismo de equalização e mobilização social, mediante o qual o indivíduo pode melhorar sua posição na sociedade e, assim, subir os degraus ou níveis da estrutura social.

É conveniente examinarmos o papel atribuído à educação, tomando como referência o caso concreto do sistema educacional brasileiro. Ao nível de planejamento de governo, a educação objetiva a construção de uma sociedade aberta, onde cada indivíduo atinja "o grau mais elevado compatível com suas aptidões", pois acredita-se que "quanto mais educado o povo, tanto mais próspera a nação".

A leitura dos documentos oficiais deixa claro que a seletividade social não é atribuída à origem social do alunado, mas sim às aptidões naturais de cada pessoa, tendo em vista que "razões de ordem intelectual impedirão que muitos alcancem o topo, ainda que franqueada a todos a escada" (2).

A escola é vista, portanto, como mecanismo privilegiado, mediante o qual os talentos inatos são transformados em habilitações e capacidades que permitirão ao indivíduo ascender socialmente. Ou seja, a escola é o instrumental de mobilização e equalização social, por excelência.

Os estudos realizados evidenciam o cunho ideológico desta explicação da seletividade escolar a partir das aptidões naturais, tendo em vista que as aptidões não são características inatas e sim produto da socialização a que o indivíduo é submetido, associadas, portanto, às condições materiais e culturais específicas de cada grupo social. Isto significa que, em última instância, o determinante principal das diferenças intelectivas é a situação de classe do indivíduo.

Uma análise de problema das desigualdades educacionais, feita a partir da crítica de ideologia das aptidões naturais, é realizada com muita propriedade por Bisseret (3). Segundo a autora, na primeira metade do século XIX, a burguesia, que havia se beneficiado com a destruição da velha ordem sócio-econômica feudal, passaria a pensar as oportunidades educacionais de forma a beneficiar os membros de sua classe social.

Como o ensino popular é negligenciado e o esforço para a oferta em educação se concentra no ensino secundário reservado aos filhos da burguesia, torna-se imperativo elaborar uma ideologia que permita justificar as desigualdades e reduzir, assim, a oposição ameaçadora aos seus privilégios. Essa ideologia toma como elemento chave o conceito de aptidão natural, que se arquiteta de acordo com o seguinte raciocínio: se todos os homens são livres e iguais no plano do direito, o destino do ser humano não depende mais da ordem estabelecida, mas das aptidões individuais, decorrentes das diferenças físicas, biológicas e psíquicas.

Dessa perspectiva, é fácil deduzir. A aptidão torna-se uma característica essencial e hereditária, justificadora das desigualdades sociais e educacionais. Portanto, "os esquemas explicativos das diferenças e desigualdades sociais encontram-se elaborados em nome da própria ideologia igualitária" (4).

Torna-se evidente a importância deste processo de ideologização, pois, utilizando-se deste,

1 CUNHA L. A. (1977). *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, p.27.

2 MEC - Sec. Geral. *Plano Setorial de Educação e Cultura*, 1972-74, 1971, p. 17-18.

3 BISSERET, N. (1979). A Ideologia das Aptidões Naturais. In: DURAND, J. C. (Org.) *Educação e Hegemonia de Classe*, Rio de Janeiro, Zahar.

4 BISSERET, Ob. cit. p.41.

o sistema educacional ao mesmo tempo que promove aqueles julgados aptos, segundo seus padrões e mecanismos de seleção, cria "os sistemas de pensamento que legitimam a exclusão dos não privilegiados." (5). A explicação dada para a exclusão é sempre referida às condições inferiores do aluno - falta de habilidade e de capacidade, maus desempenhos e nunca faz referência à causa fundamental. No caso, a ideologia da classe dominante.

A análise do sistema educacional sob o enfoque da reprodução tem sido bastante fértil no Brasil, ultimamente. Entre outras conclusões, ficou demonstrado que o nosso sistema escolar, do mesmo modo que aqueles das outras sociedades capitalistas pesquisadas, constitui-se em poderoso instrumento de discriminação e de dissimulação ideológica. Ficou claro o problema das desigualdades educacionais no acesso à escola, demonstrado por uma forte correlação entre os níveis de renda e as taxas de matrícula, reforçado pelas circunstâncias de que nas regiões e Estados mais pobres não apenas as taxas de escolarização são mais baixas, como se elevam as taxas de evasão e repetência (6).

Algumas informações concernentes à realidade sócio-econômica da clientela da nossa escola pública desautoriza o otimismo pedagógico do discurso oficial. De acordo com os dados do Censo Populacional de 1980 (7), 11,65% da população economicamente ativa (PEA) do Brasil auferiam até 1/2 salário mínimo; 19,76% ganhavam entre 1/2 e 01 salário mínimo e 27,9% recebiam entre 01 e 02 salários mínimos por mês. No caso do Ceará, a situação agrava-se acentuadamente pois 51% da PEA não tinham renda fixa; 19% dela ganhavam menos de 01 salário mínimo e 15% recebiam entre 01 e 02 salários mínimos.

A situação afigura-se mais grave quando procedemos a um rápido exame da evolução da concentração de renda pessoal das famílias que constituem a clientela potencial da nossa escola pública, no período 1970-80. Ainda de conformidade com as estatísticas oficiais (8), temos o seguinte quadro: o segmento populacional constituído pelo estrato mais baixo onde se situa metade da população teve sua renda diminuída na referida década; o grupo subsequente, composto por 40% da população, formado sobretudo pelos assalariados, com renda até 02 salários mínimos por mês, também teve sua participação na renda diminuída.

Evidentemente, esta enorme massa que compreende cerca de 90% da população cearense não tem condições de satisfazer às necessidades humanas básicas, posto que o salário auferido sequer assegura a subsistência. Comprova isso pesquisa realizada pelos operários do Grande Recife (9), onde ficou demonstrado que o salário mínimo permite cobrir somente 22,6% da alimentação, uma das necessidades do trabalhador.

Parece não haver dúvidas, uma das variáveis que condiciona a pobreza e a seletividade social é a baixa renda percebida pela maioria da população brasileira. Fica claro também que a situação de pobreza generalizada teve sua situação agravada nas últimas décadas em razão do modelo de desenvolvimento adotado ter se revelado acentuadamente concentrador da renda. Com efeito, estudo realizado por Costa (10), comparando a situação de cinquenta países de diversos continentes, mostra que o Brasil possui um dos mais elevados índices de desigualdade de renda do mundo.

Face ao quadro esboçado, cabe verificar o grau de efetivação da escola pública, concebida como universal e gratuita. Será a escola pública acessível a esta maioria economicamente discriminada?

No Ceará, em 1980 (11), cerca de 32% da população escolarizável (de 7 a 14 anos) ficaram fora da escola: em números absolutos, isso significa que aproximadamente 350.000 crianças tiveram seu direito à educação negado. Evidentemente a situação se agrava no meio rural, onde 40% das crianças em idade escolar foram marginalizadas.

Esta enorme massa contribuiu para aumentar a taxa de analfabetos, que em 1980 já atingia

5 FREITAS, B. (1978) *Educação, Estado e Sociedade*. São Paulo, Cortez e Moraes.

6 CUNHA, L. A. Ob. cit., p. 126.

7 FUNDAÇÃO IBGE - Censo de 1980.

8 Secretaria de Educação - CE - PLANED.

9 BRANDÃO, C. (1983) *Pensando a Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense.

10 COSTA, R. (1977) *A Distribuição de Renda no Brasil*. Rio, IBGE.

11 Os dados citados nesta parte do trabalho foram extraídos de dois documentos oficiais: O PLANED-1983-87 e a SINOPSE DO ENSINO DE 1º GRAU-SE-CEDIN, 1981.

50% da população infanto-juvenil.

Quando se discute hoje a questão da seletividade no ensino público, há consenso de que tão sério quanto o não ingresso na escola é a incapacidade do sistema escolar em reter o aluno a fim de assegurar a formação básica. Com efeito, a nossa escola de 1º grau tem se revelado extremamente insuficiente. Prova disto são as taxas de evasão (14%), de reprovação (22%) e repetência (19%).

Em consequência da não resolução destes problemas crônicos, são elevadas as perdas escolares no ensino público de 1º grau, notadamente na passagem da 1ª para a 2ª série, que se situa em torno de 70%. Quer dizer, de cada 100 alunos matriculados na 1ª série em 1979, apenas 30 conseguiram ingressar na 2ª série em 1980.

O exame do fluxo escolar 1973-80 mostra a baixa produtividade do sistema de ensino, uma vez que do universo de aluno que ingressou na 1ª série do 1º grau, somente 10% concluíram a 8ª série, havendo ao longo do curso uma perda de 90% do alunado.

A situação atual do ensino público de 1º grau, como podemos perceber, é muito grave, sobretudo porque a democratização do ensino não se reduz à expansão de vagas que possibilitem o ingresso das camadas menos favorecidas na escola. A nosso ver, a democratização do ensino é muito mais ampla, ela se expressa através da permanência do alunado na escola ao longo do curso e da concretização de um ensino que garanta a qualidade do saber transmitido.

É conveniente ressaltar que as desigualdades sociais e educacionais são percebidas pelos teóricos do sistema. As análises efetuadas para subsidiar os últimos planos do governo partiram de um exame do quadro sócio-econômico existente. Há um reconhecimento da excessiva concentração de renda, critica-se a política econômica de deixar "o bolo crescer para depois dividir", a pobreza é apontada como um problema social grave. A partir daí, ao menos no plano das intenções, enfatiza-se o setor social, na tentativa de reduzir as desigualdades sociais.

Quanto ao setor educacional, aceita-se que a educação é profundamente condicionada pela situação econômica, sobretudo em termos de renda. Por outro lado, postula-se a necessidade da educação inserir-se numa política de desenvolvimento integrado e possa contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, objetivando a criação de uma sociedade mais estável e menos permeável ao conflito.

Esta política apoia-se na visão do neo-capitalismo, segundo a qual as desigualdades sociais não podem ser eliminadas, mas podem ser reduzidas, conforme a experiência dos países avançados, que diminuíram os conflitos. Enfim, pretende-se assegurar a formação de uma pirâmide sócio-econômica onde as camadas sociais médias sejam fortalecidas e ampliadas.

O PROCESSO DE SELETIVIDADE SOCIAL E ENSINO SUPERIOR

Em pesquisa recente, Castro e Ribeiro (12) lembram que, na moderna sociedade, cada vez mais a educação vem sendo usada como critério de seleção social. Ora, a reflexão que estamos desenvolvendo mostra com clareza meridiana que a seletividade concretizada pelo sistema escolar não é feita considerando os indivíduos mais aptos intelectualmente, conforme preconiza "a ideologia das aptidões naturais". Na verdade, o critério básico usado é a origem sócio-econômica dos estudantes: aqueles provenientes das famílias com níveis sócio-econômicos mais elevados têm não apenas a chance de ingressar no sistema escolar de melhor qualidade, mas, sobretudo, têm sua escolarização assegurada por um tempo mais longo. Enquanto as crianças procedentes das famílias com baixa renda são excluídas e/ou expulsas da escola, dita para todos.

Não resta dúvida de que as desigualdades educacionais em nossa sociedade constituem um fenômeno estrutural, integrando um processo mais amplo de discriminação, necessário à manutenção da sociedade de classes.

Quando se toma a matrícula escolar numa visão de conjunto, torna-se evidente o afinamento do sistema educacional. No Brasil, em 1978, tivemos as seguintes matrículas (13) - 1º grau

12 CASTRO, C. M. e RIBEIRO, S. (1979) Desigualdade Social e Acesso à Universidade. *Forum Educacional*, nº 4.

13 FUNDAÇÃO IBGE - Censo de 1980.

18.663.823, de 2º grau 2.051.780 e ensino superior 1.225.557; e em 1979 ensino do 1º grau 22.025.049, ensino do 2º grau 2.189.124 e ensino superior 1.311.799. Um rápido exame dos dados permite verificar que o processo seletivo dá-se de forma excessiva entre o 1º e 2º graus, pois as matrículas do ensino de 1º são quase dez vezes maiores do que aquelas registradas no 2º grau. Quanto à passagem do 2º grau para o superior, as proporções são bem menores, tendo em vista que o volume de matrícula no ensino superior já atinge mais de 50% do contingente do 2º grau.

Para o Ceará, as matrículas foram as seguintes em 1978: ensino de 1º grau 960.557, 2º grau 61.771 e ensino superior 28.453. Aqui acentua-se mais ainda o estrangulamento entre 1º e 2º graus, pois os estudantes do 2º grau representam menos de 7% do alunado do 1º grau, enquanto as matrículas do 3º grau atingiram quase a metade do volume do 2º grau. Confirma-se a análise feita anteriormente – os filhos de família de baixa renda (cerca de 80% da população), quando conseguem entrar na escola, são expulsos antes de concluírem o 1º grau.

Após considerarmos a seletividade educacional, enfocando o sistema no seu conjunto, voltamos agora para o processo de seleção que se dá no âmbito do ensino superior.

Alguns estudos sobre a questão do ensino superior no Brasil têm destacado a expansão deste grau de ensino em nosso país, notadamente no período 69/71. Tal aumento resulta, por um lado, da pressão da classe média por vagas no ensino superior em decorrência da ideologia da mobilidade social e, por outro, da exigência do próprio modo capitalista de produção, que neste período corresponde à fase de internacionalização da economia nacional (domínio do capital internacional).

Este crescimento, no entanto, é realizado mediante um processo acelerado de privatização dos cursos superiores, cujo alunado quase triplica no referido período (14). A comparação entre as taxas de escolarização do ensino superior público e particular demonstra com eloqüência o aumento vertiginoso da rede privada neste nível de ensino. Em 1958, a rede pública participava com cerca de 60%, enquanto a particular com 40%; em 1966, as taxas do sistema público caem para 54,5%, enquanto as do setor privado elevam-se para 45,5%; em 1975 a rede particular passa a dominar 80% do ensino superior e o setor público apenas 20% do mesmo (15). No período 75/80 observa-se uma ligeira mudança neste quadro: as taxas da rede pública sobem para 35% e as do sistema particular caem por 65% (16).

Do nosso ponto de vista, a privatização do ensino superior é questionável e preocupante, por duas importantes razões: primeiro, porque não constitui o caminho adequado para a democratização da educação, como mostraremos mais adiante; em segundo lugar, porque a qualidade do ensino da rede privada, via de regra, é inferior à do setor público.

Uma das evidências dessa inferiorização da qualidade do ensino superior privado reside no fato do mesmo ser ministrado na sua quase totalidade em estabelecimentos isolados. O Censo de 1980 revela que, naquele ano, 88% do alunado da rede particular cursavam escola isolada e apenas 12% estavam na universidade. Ao contrário da rede pública onde 62% dos alunos estudavam em universidades e 38% em estabelecimentos isolados (16).

Outra característica marcante do ensino superior privado reside no tipo de cursos que são desenvolvidos. Na sua maioria são cursos da área de humanidades – letras, ciências sociais e pedagogia. A explicação é que tais cursos não exigem grandes investimentos em termos de instalação, sendo fonte de lucros imediatos; ao contrário dos cursos das áreas de ciências médicas, tecnologia e ciências básicas que implicam em custos altos para sua instalação.

A questão central que os estudos procuram responder é em que medida a expansão do ensino superior tem correspondido a uma efetiva democratização deste grau de ensino em termos do acesso das classes sociais de renda mais baixa e quanto ao processo de participação destes grupos nos diversos tipos de cursos.

O exame da origem social dos estudantes do ensino superior no Brasil revela com toda clareza que a expansão deste grau de ensino não se traduz por modificações na composição social da clientela; o que se consegue é uma mudança dos números que não corresponde a uma mudança

14 WEBER, S. (1980). Universidade: Sinal Fechado. *Cadernos de Pesquisa* (33). São Paulo.

15 SOARES, O. (1977). A Problemática do Ensino no Brasil. *Revista Vozes* nº 2.

16 Fundação IBGE, Censo de 1980.

substancial na realidade numerada.

As pesquisas feitas abordando esta questão evidenciam que a chamada "democratização do ensino superior" ocorre dentro dos limites dos grupos sociais que tradicionalmente constituem a clientela deste nível de ensino. De fato, a expansão consegue reproduzir de forma ampliada a clientela tradicional que é composta na sua maioria por alunos oriundos de famílias da classe dominante ou segmentos da classe média (que vêem a educação como um meio de ascensão social).

Num importante estudo realizado junto aos universitários da UFPE, Silke Weber (17) concluiu que predominantemente ingressam na universidade os filhos das famílias que pertencem às classes sociais que expropriam e/ou participam da mais-valia de forma mais direta, porque possuem os meios de produção ou o poder de mando e/ou de decisão. Noutros termos, a clientela é composta por estratos que detêm os meios de produção e os canais de decisão e/ou mando ou estratos a estes diretamente subordinados.

Na verdade, esta conclusão não se aplica apenas ao Nordeste, pois uma outra pesquisa levada a cabo por Castro e Ribeiro, com alunos do Rio de Janeiro, no período 1975-79, chega praticamente às mesmas conclusões. Os autores constataam que não há qualquer indicação de que os estudantes procedentes das famílias de baixa renda estejam aumentando sua participação no ensino superior. "Os dados são particularmente estáveis de ano a ano, sugerindo não apenas consistência interna da informação, mas, também, a constância na base do recrutamento da universidade", e acrescentam - "não há evidência de que a universidade se abra para os grupos sociais de origem mais modesta" (18).

Ainda mais inquietante é a conclusão a que chegou Guimarães em pesquisa realizada na Universidade Federal do Ceará - UFC, onde fica demonstrado que "ano a ano, vem diminuindo o percentual de candidatos da faixa mais baixa de renda e que não só o seu número é proporcionalmente menor, como também são menores suas chances de classificação" (19). Como a pesquisadora ressalta, esta reduzida participação da população desprivilegiada no ensino de terceiro grau (que segundo os estudos a que tivemos acesso não atinge 7% dos universitários) decorre da própria estrutura desigual da sociedade, que traz, em consequência, a fome, a marginalização cultural, a péssima qualidade do ensino, que resultam numa profunda desigualdade no desempenho escolar dos alunos oriundos das camadas mais baixas da população brasileira.

A reflexão sobre os limites da democratização no ensino superior conduz-nos a uma outra dimensão da seletividade, aquele que tem lugar dentro da própria universidade. Os estudos empíricos expressam de forma categórica que os estratos sociais mais altos ocupam os cursos considerados de alto prestígio. Tais cursos preparam de modo mais direto para o exercício das atividades relacionadas com o controle nos diversos níveis (20), legitimam-se, assim, através do diploma de "doutor", as funções sociais hierarquizadas, de acordo com o esquema das classes sociais.

Dessa modo, a reduzida participação da clientela de baixa renda se dá nos cursos que possuem baixo prestígio econômico e social, caracterizando um processo de diferenciação interna nas universidades. O mais grave é que tais cursos situam-se em áreas onde o mercado de trabalho está bastante saturado, com uma oferta excessiva de profissionais e além de tudo os salários são bem inferiores àqueles dos cursos de alto prestígio.

Fecha-se, assim, o círculo vicioso: "Os mais ricos vão para os cursos que proporcionam maiores ganhos, o que lhes possibilitará pelo menos conservar o *status* das famílias de origem, e os mais pobres terminam nos cursos que não lhes abrem muitas perspectivas, tanto em termos de rendimentos, como de lugar no mercado de trabalho" (21).

Em suma, o processo seletivo a que o candidato ao ensino superior é submetido tem como critério decisivo a situação econômica das famílias. No caso da UFC, de acordo com Guimarães

17 WEBER, S. (1980). Universidade: Sinal Fechado. *Cadernos de Pesquisa* 33, p. 13.

18 CASTRO, C. M. e RIBEIRO, S. C. (1979). "Desigualdade Social e Acesso à Universidade". *Forum Educacional*, Rio de Janeiro (4), p. 13.

19 GUIMARÃES, M. T. A. (1980). "Universidade do Ceará, Agente Redistribuidor ou Concentrador de Renda? *Educação em Debate* (2/1), p. 44.

20 WEBER, S., Ob. cit. p. 13.

21 GUIMARÃES, Ob. cit. p. 47.

(22), chegam às portas da universidade (os inscritos para o vestibular) candidatos com renda média entre 7, 8 e 9 salários mínimos, entram na universidade jovens cuja família têm uma renda média mensal entre 9 e 11 salários mínimos e conseguem lugar nos cursos de alto prestígio aqueles que vêm de famílias que possuem renda média entre 13,91 e 18,92 salários mínimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida deixa claro que o processo de seletividade no âmbito da educação espelha as desigualdades mais amplas existentes na sociedade. Desse modo, a seleção operada pelo vestibular não constitui um fenômeno isolado quer a examinemos do ponto de vista econômico e social, ou da sua interrelação com os sistemas de ensino de 1^o e 2^o graus.

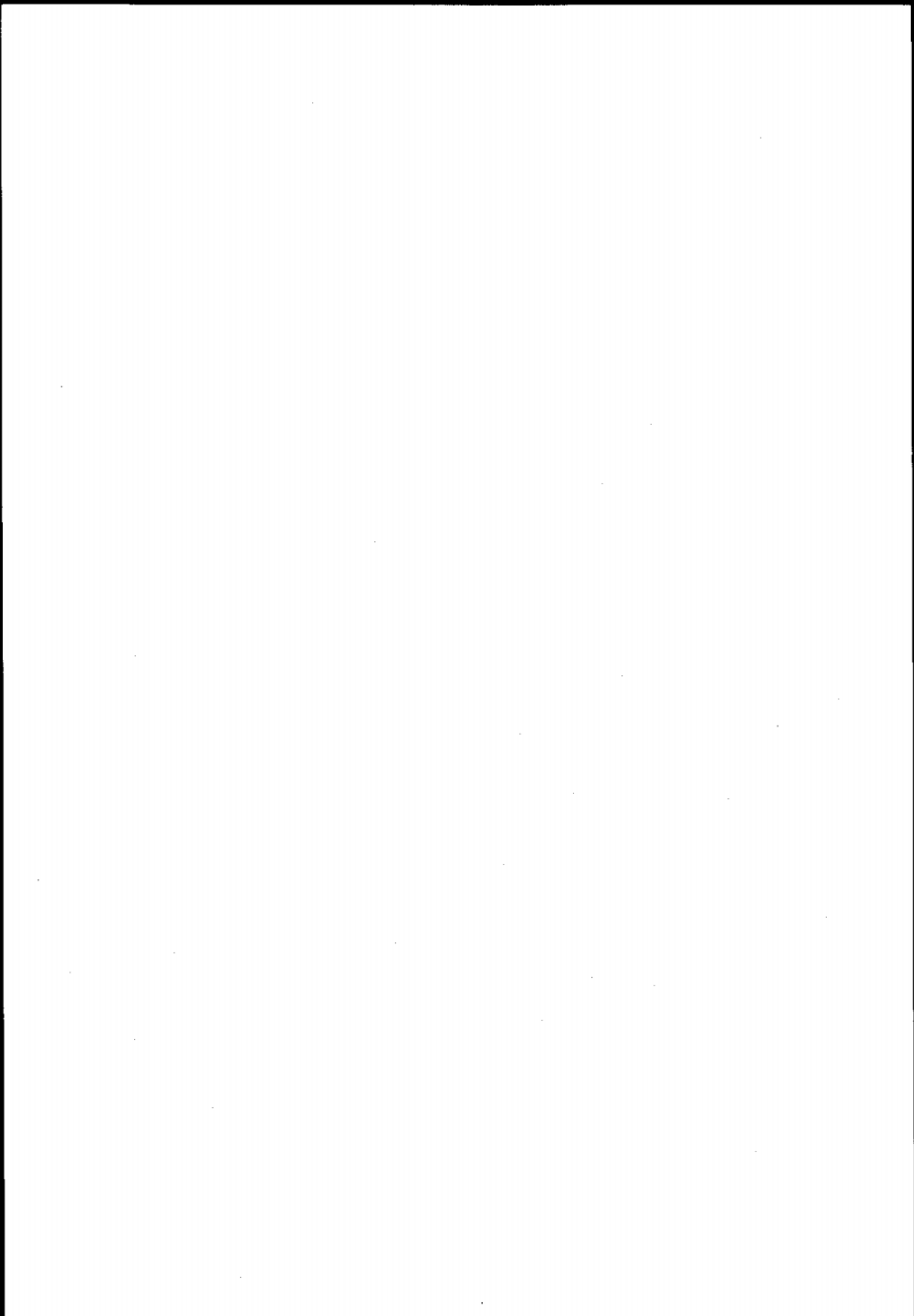
Quando nos detemos no crescimento do ensino superior é possível identificar que, a nível conjuntural, houve momentos de expansão. Esta não se dá, entretanto, em termos de uma efetiva democratização deste grau de ensino, pois a seleção concretizada continua sendo realizada mais em função da situação econômica das famílias dos candidatos. Além do mais, observa-se uma reelitização interna na distribuição dos classificados por cursos, onde os cursos de alto prestígio são ocupados por aqueles alunos cujas famílias possuem maior renda e ocupações com prestígio econômico e social mais elevados. Em resumo, a tão falada vocação é, a rigor, resultante da origem sócio-econômica do estudante.

Gostaríamos de lembrar que com esta análise não estamos reduzindo a educação a um mero aparelho de reprodução social, pois entendemos que a educação mantém com a sociedade, na qual se encontra inserida, uma relação contraditória de dependência e de autonomia relativa. Queremos com isto reafirmar que, embora a sociedade determine a educação, inclusive procurando usá-la como forma de controle social, por seu turno, influencia a sociedade tendo em vista que os agentes da educação podem atuar não apenas como elemento de reprodução, mas, também, na perspectiva da mudança social.

Por acreditarmos na possibilidade de uma educação democrática que esteja a serviços de todos e não de uma minoria privilegiada é que nos colocamos ao lado daqueles que lutam pela democratização do nosso sistema de ensino. Entendemos que a democratização da escola pública envolve não somente a ampliação das oportunidades educacionais, mas, sobretudo, a efetiva contribuição da escola na democratização do conhecimento, em virtude de ser esta a responsável maior pela socialização do saber escolar. Noutras palavras, cremos na importância da escola como instrumento básico de coletivização do saber, meio privilegiado para a elevação cultural e científica das camadas populares.

É importante assinalar que a classe trabalhadora responde sim à universalização do ensino público e à extensão da escolaridade, e nisto há razões ponderáveis, tendo em vista que lutar por mais e melhor educação significa lutar pela elevação do valor da força de trabalho e, conseqüentemente, por melhores condições de vida. Daí o reconhecimento da obrigatoriedade do Estado no que concerne à oferta de uma escola de qualidade para todos e não para uma minoria já privilegiada socialmente. De fato, trata-se de um aspecto da luta hegemônica que visa à ampliação do espaço do Estado, mediante uma maior participação dos setores populares, ou seja, da sociedade civil.

Enfim, acreditamos que a universidade brasileira não se pode omitir nessa luta, que visa à superação das desigualdades sociais e da seletividade educacional.



Aspectos Políticos do Vestibular

L. F. Perret Serpa*

INTRODUÇÃO

É extremamente delicado discutir educação como um recorte da trajetória de uma sociedade, porque esta não pode ser compreendida como uma superposição dos diversos recortes; ao contrário, a compreensão da dinâmica social baseia-se na dialética do processo histórico.

Quando se trata de um setor da educação, como o vestibular, a tarefa torna-se praticamente inviável.

Terá sentido pensar o fenômeno vestibular sem considerar a educação brasileira como um todo?

Será construtivo pensar a educação brasileira sem considerar o processo histórico, político, econômico e social da formação da nação brasileira?

Creemos que não tem sentido pensar o fenômeno vestibular em sua dinâmica interna. Da mesma forma, acreditamos não ser construtivo pensar a educação brasileira como uma entidade com sua própria lógica interna.

Pretendemos discutir duas questões que julgamos fundamentais para a compreensão dos aspectos políticos do vestibular:

1. Qual a contribuição da Universidade, sob o ponto de vista histórico, para a formação do cidadão?
2. O que representa o exame vestibular na relação Universidade – Sistema de ensino de 1º e 2º Graus?

A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Historicamente, até fins do século XIX, o Brasil não considerou a educação para a cidadania.

* Prof. Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.